



Quarta-Feira, 12 de Fevereiro de 2025

## **Prefeito de Cuiabá é afastado após suspeita de lesar os cofres públicos em R\$ 220 milhões na Saúde**

O Naco (Núcleo de Ações de Competências Originárias) levanta suspeitas graves sobre a gestão do prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), indicando um possível prejuízo de cerca de R\$ 220 milhões aos cofres públicos, apenas em esquemas relacionados à Saúde. Essa informação consta na determinação do desembargador Luiz Ferreira da Silva, da Turma das Câmaras Criminais do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, que ordenou o afastamento do prefeito por seis meses.

O Naco, setor do Ministério Público Estadual responsável por investigar pessoas com foro especial, como prefeitos, enumera 15 investigações contra a gestão de Emanuel Pinheiro. Segundo o documento assinado pelo delegado Francisco Kunze Júnior e o promotor Carlos Roberto Zarour Cesar, foi possível identificar condutas similares em diversas investigações, indicando uma atuação sistêmica e duradoura dentro do Poder Executivo Municipal, com o objetivo de lesar os cofres públicos através de benefícios ilícitos.

As investigações revelam um padrão de conduta suspeita, envolvendo agentes que repetidamente atuaram em diferentes casos, apoiados por uma sustentação política e econômica. O MPE destaca que essa organização criminosa causou danos imensuráveis ao erário, prejudicando o funcionamento adequado dos serviços públicos, especialmente na área da Saúde.

Dentre as operações citadas pelo MPE, destacam-se a "Operação Sangria" com prejuízo de R\$ 2 milhões, "Operação Curare" com prejuízo de R\$ 100 milhões, "Operação Capistrum" com prejuízo de R\$ 16,5 milhões, entre outras. Além disso, há operações onde o prejuízo não foi especificado pelo Ministério Público.

Essas revelações lançam uma sombra sobre a gestão de Emanuel Pinheiro, evidenciando a gravidade das suspeitas de corrupção e má gestão dos recursos públicos. O afastamento do prefeito representa uma medida urgente para garantir a continuidade das investigações e proteger os interesses da população cuiabana.